



## PEC 186: TUDO PARA BANQUEIROS, NADA PARA OS TRABALHADORES



Foi aprovada no Congresso Nacional no dia 12 de março, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial 186, agora chamada de Emenda Constitucional (EC) 109, que prevê um novo e miserável auxílio emergencial, em poucas parcelas, sete vezes menor que o de 2020.

No Senado desde 2019, a PEC não tem nada de emergencial. Além de impedir a valorização real do salário mínimo acima da inflação e de incentivar as privatizações ao liberar a venda de ativos, a medida abre caminhos para o congelamento salarial por tempo indeterminado de milhões de servidores públicos municipais, estaduais e federais e para a precarização dos serviços públicos, o que agravará ainda mais a situação da pandemia no país.

A previsão de gatilhos para conter gastos de estados e municípios quando despesas correntes atingirem 95% das receitas correntes, e se a despesa corrente superar 85% da receita corrente, na prática, significa que os salários

estarão congelados sempre que os governos quiserem.

Todas as reformas fiscais feitas até agora sob o pretexto de cortar gastos só serviram para retirar direitos dos trabalhadores e empobrecê-los. Aliada à reforma administrativa, contida na PEC 32/2020, a PEC 186 colaborará para o desmonte da estrutura do Estado brasileiro e a população será afetada pela redução dos serviços públicos essenciais como Saúde e Educação.

É preciso a luta unificada de todas as categorias de trabalhadores para barrar o conjunto da política imperialista que quer transformar o Brasil numa colônia devastada pela doença e pela fome.

***Auxílio Emergencial, sim. Ajuste fiscais  
contra os trabalhadores, não!***

## CENSURA CONTRA UNIVERSIDADES E MOVIMENTOS SINDICAIS



Enquanto avança a política de retirada de direitos dos servidores públicos, tratados como inimigos do Estado, reações contrárias ao governo são tratadas como crimes.

Casos como a perseguição ao ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas, Pedro Hallal, que liderou o maior inquérito sobre a prevalência de infecção por Covid-19 no país, e o inquérito criminal da Polícia Federal (PF) contra a professora e dirigente sindical, Érika Suruagy, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, são exemplos de ações para amedrontar, ameaçar e criminalizar as críticas aos governantes.

A censura é o mecanismo ditatorial para calar aqueles que lutam contra a necropolítica desse governo.

**CONTRA A DITADURA E CENSURA.  
FORA BOLSONARO E TODO O SEU GOVERNO.**

## PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

O chamado Marco Regulatório para o setor postal, Projeto de Lei (PL) 591/21, entregue pelo presidente Bolsonaro à Câmara dos Deputados no final de fevereiro, prevê a quebra do monopólio postal dos Correios no País e estabelece nova organização e manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais, para que sejam explorados em regime privado.

O objetivo é entregar ao setor privado, de bandeja, uma estatal autossustentável e lucrativa. Como os resultados financeiros se concentram nas maiores cidades e à iniciativa privada só interessa a parte lucrativa da empresa, a privatização irá destruir a função social da empresa pública, que hoje atende a todas as localidades do país.



Somente a luta organizada e em unidade com todas as categorias na mira das privatizações pode barrar esse projeto de destruição do patrimônio do povo brasileiro.

## GREVE DA DATAPREV É SUSPensa E NEGOCIAÇÃO É REABERTA



Os trabalhadores da DATAPREV decidiram, em assembleias, suspender a greve iniciada em 8 de março nos Estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Distrito Federal, após a empresa prorrogar o Acordo Coletivo de Trabalho de 2020 por mais 60 dias, porém, com a suspensão das cláusulas 7 e 48 do ACT o que, para a direção da FENADADOS

não compromete ações judiciais para manutenção do plano GEAP, em razão do rompimento unilateral do contrato que ocorre em 25/02/2021, por solicitação da prestadora.

Em São Paulo e Santa Catarina, em que a greve se iniciaria nos dias 12 e 15/03, respectivamente, a suspensão também ocorreu. Somente os trabalhadores do Rio de Janeiro não aderiram ao movimento. As negociações do ACT 2020/2021, que englobam o ACT 2021/2022, foram reabertas no acordo celebrado.

A judicialização das lutas e negociações de redução de danos são incapazes de barrar a política de privatização das estatais, que passa pela retirada de direitos dos trabalhadores. A luta deve ser ampliada, em greves e em unidade com todas as categorias na mira das privatizações.

## CAOS NA SAÚDE PÚBLICA

No pior momento da pandemia no Brasil, CTI's das redes hospitalares pública e privada estão em colapso em várias regiões do país. Em Belo Horizonte, hospitais estão transformando blocos cirúrgicos em CTI-Covid. Nas UPAS, pacientes permanecem intubados por mais de 48 horas. No Serviço de atendimento móvel de urgência SAMU, os servidores foram obrigados a ampliar a jornada, com redução do horário de almoço. A desinfecção é feita pelos próprios técnicos de Enfermagem, apenas com álcool a 70%. Nos centros de saúde, sem estrutura, chegam pacientes graves e os funcionários, sem experiência técnica e sem condições adequadas de trabalho, acabam sendo alvo de agressões da população desesperada, o que complica ainda mais a situação.



Em meio ao caos, Bolsonaro e o Congresso Nacional aprovam medidas de corte de verbas da Saúde Pública. Trata-se da necropolítica em pleno funcionamento.